



CADERNO DE CASOS
SEMIÁRIDO BRASILEIRO





1

TERRITÓRIO:
SERTÃO DO APODI - RIO GRANDE DO NORTE

COMISSÃO DE MULHERES DO STTR APODI: AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS E O ENFRENTAMENTO AO AGRONEGÓCIO

REGIÃO DAKI-SV:
Semiárido BrasileiroCATEGORIA PRINCIPAL:
Inovação e Organização SocialCATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Acesso e Gestão da TerraGRUPO IDENTITÁRIO:
Mulheres

1.DADOS GERAIS

1.1 RESUMO

A organização das mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR Apodi) teve início em 1997, e tem como objetivo contribuir para a auto-organização de outras mulheres nos assentamentos e nas comunidades rurais da cidade, realizando reuniões, oficinas e encontros locais. Entre 2011 e 2012, a Comissão foi protagonista de um grande processo de mobilização para enfrentamento de empresas do agro e hidronegócio, cujo projeto de implantação demandava desapropriação de cerca de 13 mil hectares de pequenas propriedades da agricultura familiar no território. O projeto ficou conhecido pela população local como "O projeto da morte".

Entre as várias ações de luta em defesa do território, a Comissão organizou 2 mil mulheres e enviaram 2 mil cartas à presidência da república, reivindicando a proteção do território e o impedimento das desapropriações. Para fortalecer a reivindicação, em 2012 a Marcha Mundial das Mulheres realizou uma ação de levar para cidade de Apodi 2 mil pessoas de todo o Brasil como forma de solidariedade e denúncia internacional da invasão das corporações internacionais no território. Além disso, outras ações de solidariedade foram realizadas em diversos estados do Brasil e mesmo em outros países, com o lema "Somos todas Apodi".

1.2 PALAVRAS-CHAVE

Direitos territoriais. Mobilização internacional. Auto-organização de Mulheres.

1.3 LOCALIZAÇÃO

Brasil – Nordeste – Rio Grande do Norte – Chapada do Apodi – Sertão do Apodi – Município de Apodi, está a 341 quilômetros de Natal, capital do Rio Grande do Norte.



Figura 1 Mapa Localização Município de Apodi-RN. Fonte: VIEIRA DAS GRAÇAS, 2019.

1.4 ATORES PRINCIPAIS

As protagonistas da experiência são 10 trabalhadoras rurais que compõem a Comissão de Mulheres do STTR de Apodi. Além disso, de forma indireta há o envolvimento de 2 mil trabalhadoras rurais mobilizadas no processo de defesa do território.

A experiência envolve ainda um conjunto de movimentos e organizações do território, incluindo a Marcha Mundial das Mulheres, a Comissão Pastoral da Terra, o Centro Feminista 8 de Março e instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Pesquisadoras/es de grupos de pesquisa da UERN, UFRN, UFERSA, UECE também compõem os atores da experiência.

1.6 ORGANIZAÇÃO/ÕES PARTICIPANTE/S

A auto-organização das trabalhadoras rurais de Apodi é uma experiência que desde o início envolve um conjunto de movimentos e organizações que atuam no território. Considerando o processo mais recente da luta e organização das mulheres rurais – objeto desse estudo – as ações de escritura de cartas reivindicatórias em defesa da Chapada do Apodi contaram com a participação das organizações feministas **Marcha Mundial das Mulheres** e **Centro Feminista 8 de Março**. Essas organizações contribuíram especialmente para o processo de articulações nacionais e internacionais de modo a dar visibilidade à luta do território a partir da ação de solidariedade internacional “Somos Todas Apodi”.

O **STTR de Apodi**, a **Comissão Pastoral da Terra** e **Núcleo Tramas da UFC** contribuíram para intercâmbios entre trabalhadoras e trabalhadores rurais do Ceará e Rio Grande do Norte, de modo que trabalhadoras e trabalhadores do Ceará pudessem compartilhar sobre a experiência de instalação de um perímetro irrigado semelhante em seu território, como forma de alertar o lado vizinho dos riscos do projeto para a agricultura familiar de resiliência ao clima. Outras instituições de ATER do território e pesquisadoras/es de grupos de pesquisa da **UERN, UFRN, UFRSA, UECE, FETARN, Via Campesina, MST, Centro de Direitos Humanos da UFRSA** participaram também do processo, realizando estudos, mobilizações e articulações para a realização de audiências tanto no âmbito local quanto nacional.

1.7 REFERÊNCIA TEMPORAL

A auto-organização das trabalhadoras rurais na Comissão de Mulheres do STTR de Apodi teve início em 1997, quando a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Rio Grande do Norte (FETARN) organizou um encontro com mulheres do STTR de Apodi. A partir das discussões e definições desse encontro, foi criada uma comissão de mulheres do STTR para organizar suas ações no âmbito do sindicato. A primeira ação dessa comissão foi a realização do 1º Encontro Municipal das Trabalhadoras Rurais de Apodi. No ano 2000, essa Comissão compôs a diretoria do STTR de Apodi, quando teve apoio político e financeiro para contribuir para a auto-organização de outras mulheres nos assentamentos e nas comunidades rurais de Apodi, realizando reuniões, oficinas e encontros locais.

Considerando o foco dessa sistematização, a referência temporal recortada são os anos entre 2011 e 2012, que marcam como o processo de auto-organização das mulheres contribuiu para a defesa do direito à terra e território, sobretudo em contexto de intensos conflitos entre capital e vida. Nesse marco temporal, houve a forte mobilização popular no território contra a implantação do projeto de Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi. Esse é um projeto de interesse das corporações internacionais do agro e hidronegócio e apoiado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). O DNOCS, que ainda hoje mantém ações voltadas para o combate à seca no lugar de implementar projetos de convivência com o semiárido, é o responsável por esse tipo de projeto no Brasil e em Apodi coordenou o projeto que ficou conhecido pela população apodiense como “projeto de morte”.

Em 10 de Junho de 2011 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto de desapropriação de 13.855,13 hectares de áreas rurais em Apodi. Essas áreas de pequenas propriedades da agricultura familiar são as mesmas áreas que no final dos anos 1990 foram destinadas para a reforma agrária. Logo após a publicação do decreto, diversas organizações e movimentos se mobilizaram no território e organizaram várias ações locais, nacionais e internacionais em defesa da sustentabilidade da vida no território. As mobilizações perduram de forma mais intensa até início de 2013, quando o governo federal sinalizou recuo do projeto, momento em que foi suspensa a ordem de serviço de execução da obra.

A organização das mulheres continua cumprindo um papel fundamental nesse processo de luta por direito à terra e território, sobretudo na organização de ações, do local ao internacional, para denunciar o perigo das transnacionais do agro e hidronegócio na vida das pessoas. Nessa perspectiva, o foco desta sistematização volta-se para dar visibilidade ao processo de auto-organização das mulheres nas ações de enfrentamento ao projeto de Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi e, ao analisar essas ações, poder extrair aprendizagens de todo esse processo de luta protagonizado pelas trabalhadoras rurais.



1.8 OBJETIVOS

A Comissão de Mulheres do STTR de Apodi tem o objetivo de organizar as trabalhadoras rurais nas comunidades e no âmbito do sindicato. Assim, a sistematização buscará compreender como o processo de auto-organização das mulheres contribuiu para a defesa do direito à terra e território, e dar visibilidade às aprendizagens geradas nesse processo de luta protagonizado pelas trabalhadoras rurais no enfrentamento ao projeto de Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi.

1.9 DESAFIO

O município de Apodi enfrenta um grande desafio devido ao processo de privatização das águas por parte de empresas transnacionais do agro e hidronegócio que desde o ano 2011 vem invadindo a região. De acordo com trabalhadores e trabalhadoras rurais de Apodi¹, nos últimos anos vem ocorrendo um aumento exagerado de escavações de poços profundos. Em decorrência da profundidade desses poços, muitos poços pequenos (que pertencem a agricultoras e agricultores familiares) baixaram o nível ou mesmo secaram, deixando diversas comunidades sem água. Em algumas dessas comunidades há falta de água até para beber. Os trabalhadores rurais ainda denunciam que os processos junto ao Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Rio Grande do Norte (IDIARN) para perfuração de poços de pequenas propriedades é bastante burocrático, enquanto que para as empresas do agronegócio essa burocracia é quase inexistente.

Outro desafio, que também é decorrente da presença das transnacionais do agronegócio no território, é o desmatamento. Esse desmatamento cria grandes áreas de deserto verde no semiárido, resultando em extinção de fontes de água, da floresta local e de animais da caatinga em favor da implantação de monocultivos. Para agravar o problema, há também o uso indiscriminado de agrotóxicos por parte das empresas do agronegócio que se instalam em Apodi. Além de contaminar a água e o solo, os agrotóxicos são substâncias venenosas que causam doenças e que para a aplicação no plantio é necessário um maquinário pesado e também poluente.

Com toda essa problemática, o maior desafio da experiência é manter o direito à terra e território, além do curso das ações e iniciativas agroecológicas no território, frente às ameaças locais.

1.10 DIMENSÃO RESILIENTE

No processo de organização social das mulheres no Apodi, sobretudo através da ação Somos Todas Apodi, lutar em defesa dos territórios, tendo como horizonte a manutenção da biodiversidade e da cultura camponesa – seja plantando em seus quintais e roçados, comercializando em feiras agroecológicas ou lutando na rua, denunciando a proposta de destruição do território –, constitui um importante fator de resiliência. A luta empenhada pela Comissão de Mulheres do STTR se constitui como uma ação concreta capaz de construir processos coletivos de reflexão e ação para enfrentar as ameaças ambientais locais.

Ao mesmo tempo, fortalece as redes sociotécnicas através da criação de agendas de lutas articuladas entre vários movimentos sociais e territórios, tanto entre os territórios vizinhos – como é o caso do Ceará e Rio Grande do Norte que se juntaram em ações de denúncias e construção de alternativas para manter o território como referência em agroecologia –, quanto entre territórios distantes, inclusive em outros países, como o das mulheres da Marcha Mundial das Mulheres que se juntaram na ação internacional de solidariedade feminista no Brasil e exterior.

¹ Essas denúncias foram feitas por trabalhadores e trabalhadoras rurais que participaram do “Encontro de saberes: comunidades camponesas e academia construindo a resistência na Chapada do Apodi/RN”, realizado em agosto de 2019 no STTR de Apodi



Além disso, o processo de mobilização protagonizado pelas mulheres para barrar o projeto tem contribuído com um debate sobre a importância da inclusão do olhar feminista e de gênero sobre os problemas ambientais, do ponto de vista dos trabalhos de cuidado e do bem viver como garantia de sustentabilidade da vida no planeta.



Figura 2 Mulheres da Comissão no STTR Apodi, 2021.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Apodi está localizado na Chapada do Apodi, que é um território que se estende por dois estados: Ceará e Rio Grande do Norte. O município está do lado do Rio Grande do Norte, a 341 quilômetros da cidade capital Natal, tem área territorial de 1.602,477 km² localizada no bioma Caatinga, de clima predominantemente semiárido. Com 17.232 habitantes no campo, do total de 34.763 habitantes (IBGE, 2010), Apodi compreende um município rural, fato que se deve ao forte processo de lutas pela reforma agrária na região, sobretudo a partir da década de 1990, com a importante atuação da Comissão Pastoral da Terra, o que também potencializou a organização do STTR de Apodi.

O lado referente ao estado do Rio Grande do Norte da Chapada do Apodi, pelo seu processo histórico de lutas e organização local, era referência no Brasil de território agroecológico. Segundo o documento Caravana Agroecológica e Cultural da Chapada do Apodi (2013), essa referência se constitui a partir das diversas experiências exitosas, destacando-se a apicultura e a caprinocultura, práticas presentes em quase todas as comunidades do município de Apodi. Além disso, no território há a prática da ovinocultura, quintais produtivos, pomares e plantação de sequeiro de milho, feijão e sorgo.

A partir da organização das agricultoras e dos agricultores no STTR de Apodi, a produção local é vendida na feira semanal da agricultura familiar de Apodi e também na cidade de Mossoró, distante cerca de 70 quilômetros do município. Nessa estratégia de comercialização, a relação direta entre quem vende e quem consome contribui para estabelecer laços de reciprocidade entre agricultoras(es) e consumidoras(es). A prática dessa comercialização contribui para a construção de uma agricultura resiliente ao clima e abre alternativas ao sistema econômico capitalista.

No entanto, Apodi faz parte de um território de frequentes disputas entre o agro e o hidronegócio e a agricultura familiar. Essas disputas têm causado muitos conflitos pela terra e pela água do território, que ameaçam a biodiversidade, a saúde da população e ainda contribuem negativamente para o aquecimento global.

As disputas e destruição do território vem ocorrendo sistematicamente desde o final da década 1970, com a instalação dos perímetros irrigados Icó-Lima Campos e Morada Nova, respectivamente em 1969 e 1970, ambos na Chapada do Apodi, do lado do estado do Ceará. Esses perímetros instauraram na região os conhecidos projetos de fruticultura irrigada (cultivos: manga, melão, uva, abacate, melancia) de propriedade de empresas transnacionais do agronegócio. As consequências da instalação desses perímetros para a população local foram desastrosas, incluindo ameaças à saúde com doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos e até mesmo casos de morte de trabalhadoras e trabalhadores, como é o caso do trabalhador rural Wanderley dos Santos, em Limoeiro do Norte, Ceará.

Dados do DataSUS² da década de 2008 a 2017, publicado pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, mostram que o Nordeste concentra 37,82% dos casos de ocorrência de mortes causadas por pesticidas e agrotóxicos no Brasil (GUIMARÃES, 2019). Diversos estudos publicados na área da saúde pela Universidade Federal do Ceará em 2013 e 2016, identificaram uma grande incidência de contaminação e intoxicação causados por agrotóxico no lado cearense da Chapada do Apodi. No estudo realizado em 2013, de 545 trabalhadoras e trabalhadores da região onde se encontram os projetos de agronegócio, 30,7% foram identificados com intoxicações agudas (RIGOTTO, 2013). Em pesquisa com amostras de sangue de 43 trabalhadores rurais, foram constatadas alterações que causam anemias e infecções graves e hemorragias em 25% das amostras (FERREIRA FILHO, 2013). Já no estudo que investiga a incidência de câncer infanto-juvenil no estado do Ceará, se demonstrou que houve um aumento na média anual de mortes por intoxicação em crianças e adolescentes desde a invasão de empresas de agronegócio na região (BARBOSA, 2016).

No lado do Rio Grande do Norte, essa disputa se materializa em 2011 com o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, proposto pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Secas (DNOCS). Esse projeto, considerado um marco no desenvolvimento da região (DNOCS, 2011) foi viabilizado mediante o Decreto Oficial de 10 de junho de 2011 (BRASIL, 2011), que autorizou a desapropriação de 13.855,13 hectares de terras agricultáveis em Apodi, em prol da instalação de todo o perímetro, seja para os túneis de captação, estação de bombeamento e distribuição das águas para as áreas estratégicas de plantação irrigada em projetos do agronegócio.

De acordo com o relatório anual de 2012 da Comissão Pastoral da Terra (2012) essas desapropriações atingem diretamente 507 famílias de 31 pequenas propriedades da agricultura familiar, sendo que 261 dessas famílias estão localizadas em áreas de assentamentos da reforma agrária. Outras 962 famílias, que moram em comunidades no entorno da área delimitada para as desapropriações, também estiveram ameaçadas pelas consequências desastrosas desse projeto, assim como foi desastroso no Ceará, com expulsão de famílias de seus territórios, poluição e escassez de água na região, doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos, intoxicação, e

²Repositório de dados do Sistema Único de Saúde nacional, Ministério da Saúde.



mesmo morte de trabalhadores causadas por agrotóxicos.

Na avaliação dos movimentos sociais do território, esse projeto é uma enorme contradição na história recente da região, considerando todo o processo de reforma agrária local na década de 1990, quando, segundo representantes da Comissão Pastoral da Terra, foram realizadas desapropriações para fins de reforma agrária: **“Ocorreu assim uma descentralização de terras e a constituição de um território camponês. No entanto, caso esse projeto seja aprovado, tudo isso vai por ‘água abaixo’**”, como afirma Nilton Júnior, representante da CPT no Rio Grande do Norte.



Figura 3 Outdoor da Campanha contra o Perímetro Irrigado. Fonte: arquivo STTR Apodi

Tendo como exemplo as preocupantes consequências do que significou a presença do agronegócio no território vizinho, o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, segundo o Dossiê Perímetros Irrigados (2012), foi nomeado pela população local como "Projeto da Morte". A partir da compreensão desses riscos foi organizado um intenso processo de resistência e luta na porção potiguar da Chapada. São várias as organizações e movimentos envolvidos nessa resistência e luta: Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi, Comissão Pastoral da Terra, Marcha Mundial das Mulheres, instituições de assistência técnica (ATER), grupos de pesquisas de universidades.

Nas ações de resistência contra o projeto do perímetro irrigado, a participação e protagonismo das mulheres é um grande diferencial e também um fator de relevância. As mulheres e demais organizações do território realizaram muitos debates, seminários, atos públicos, dossiês de denúncias, audiências com o poder público – municipal, estadual e federal. Fruto da auto-organização das trabalhadoras rurais da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi, um forte processo de mobilização e protagonismo das mulheres foi construído, o que resultou em um ato onde 2 mil mulheres escreveram 2 mil cartas endereçadas à então Presidenta Dilma Rousseff, em 2011.

As mobilizações perduram de forma mais intensa até início de 2013, quando o governo federal sinalizou recuo do projeto, momento em que foi suspensa a ordem de serviço de execução da obra. Fruto dessa grande articulação, as desapropriações foram descontinuadas e a água que seria canalizada da barragem Santa Cruz do Apodi foi inviabilizada, forçando as empresas e o DNOCS a pensar em outra estratégia para obtenção da água para o perímetro. Com isso, infelizmente novas estratégias de invasão continuaram e ainda continuam no território, pois a nova solução encontrada foi arrendar as propriedades listadas no decreto de desapropriações.

Desse modo, o agronegócio seguiu invadindo o território, através das apropriações e privatização das águas subterrâneas. Ivonilda Sousa, uma das coordenadoras da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi, resume alguma das consequências imediatas do que significa um perímetro irrigado no semiárido: **“A gente anda por**

essa chapada chega dá tristeza de ver o que essas empresas fizeram com Apodi... Se você veio aqui há 5 anos atrás, você vai se perder, porque até as referências da mata que a gente tinha para entrar em uma estrada, por exemplo, não tem mais.... E os pássaros que no começo a gente via que estavam perdidos, desorientados” (Depoimento durante a oficina para a coleta de dados, realizada dia 10 de novembro de 2021).

Em decorrência da resistência e da luta desse conjunto de atores, instituições e organizações sociais, o projeto do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi não foi implementado como planejado pelo DNOCS e pelas corporações internacionais (que seria canalizar água da barragem Santa Cruz do Apodi), embora tenham invadido o território através de arrendamentos de terras das/os agricultores familiares mais vulneráveis financeiramente. No processo de mobilização e luta, as mulheres rurais tiveram destaque em suas ações e contribuições para a defesa do território. Abaixo, serão reconstruídos os episódios que marcam o processo de organização e luta das mulheres de Apodi, foco de análise nesse texto.

2.2 HISTÓRICO

O Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi foi fundado em 1963, ano de efervescência sindical no Brasil, resultando na organização de vários sindicatos rurais pelo país. Mas foi no final da década de 1990 que o STTR de Apodi se fortaleceu como uma organização de articulação mais forte no município, sobretudo com o apoio da FETARN e da Comissão Pastoral da Terra. Com esse fortalecimento, também se fortaleceu a luta pela terra, a luta por reforma agrária na região. São mais de setenta associações comunitárias que o STTR contribui para organizar e manter a articulação da luta em movimento.

A auto-organização das mulheres no STTR de Apodi tem início em 1997, com o apoio da FETARN e do Centro Feminista 8 de Março, com a realização do 1º Encontro Municipal das Trabalhadoras Rurais. A Comissão de Mulheres do STTR de Apodi é composta por 10 mulheres de diferentes comunidades e assentamentos de Apodi. O objetivo da Comissão de Mulheres é auto-organizar as mulheres no interior do sindicato e em grupos em suas respectivas comunidades.

As trabalhadoras rurais de Apodi são filiadas à CONTAG que organiza a Marcha das Margaridas – a maior mobilização de trabalhadoras rurais do Brasil – e a Marcha Mundial das Mulheres – um movimento feminista internacional. Foi exatamente a articulação com esses movimentos que contribuiu para a visibilidade internacional das ameaças do agro-hidronegócio no território.

Nesse sentido, com o início da ameaça do projeto de irrigação, a Comissão de Mulheres do STTR de Apodi juntamente com a Marcha Mundial das Mulheres, iniciaram uma mobilização e organizaram diversas oficinas nas comunidades e assentamentos que estavam na lista de desapropriações do empreendimento, para explicar o que era o projeto e quais as experiências semelhantes no que ocorreu no estado do Ceará. Essas oficinas eram compostas de apresentação do decreto, as áreas afetadas, vídeos/filmes com reportagens e documentários sobre o tema, como por exemplo o documentário brasileiro “O veneno está na mesa” de Silvio Tendler (2011).

Esse processo de mobilização foi pensado coletivamente em plenária estadual da Marcha Mundial das Mulheres, realizada em julho de 2011 em Mossoró, na qual participaram três trabalhadoras rurais da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi. Nessa plenária, durante um trabalho em grupo em que se discutia os eixos temáticos da Marcha das Margaridas e os contextos locais, surgiu a ideia de organizar uma grande mobilização de envio massivo de cartas para a então Presidenta da República Dilma Rousseff, como forma de pressionar o governo para descontinuar as desapropriações de terras da agricultura familiar em Apodi.

Um das coordenadoras da Comissão de Mulheres da época relembra esse fato em entrevista realizada para Vieira das Graças (2019): **“Eu lembro que a gente lá em Mossoró ((refere-se à plenária da MMM)) a gente discutindo, a gente disse: que tal a gente escrever uma carta para Dilma. Saiu essa proposta lá, né? (...) e as meninas**



((refere-se às técnicas do CF8)) disseram: ah, vamos marcar as oficinas! E fizemos, né? Depois saímos nas comunidades e todas /... / contribuíram, as companheiras que estão aqui e as demais companheiras que não estão aqui também contribuíram naquele momento para a carta acontecer”.

Pensar estrategicamente uma carta enquanto uma ferramenta de luta e pressão reforça o poder da escrita quando construída em processos coletivos. E esse fazer coletivo se deu em uma perspectiva da educação popular em que se potencializa o saber e os conhecimentos de cada trabalhadora rural, que sendo potencializado é capaz de ser transformado em outras ações em defesa do território. E foi assim, de forma coletiva, que a escrita dessa carta se deu, desde a elaboração até o seu envio. Após a definição da ferramenta, foi marcada uma oficina na sede do STTR de Apodi com representantes de mulheres de todas regiões de Apodi (Pedra, Chapada, Areia) para juntas construírem os argumentos da carta. Essa oficina foi composta de algumas etapas, conforme pode-se observar no infográfico abaixo:

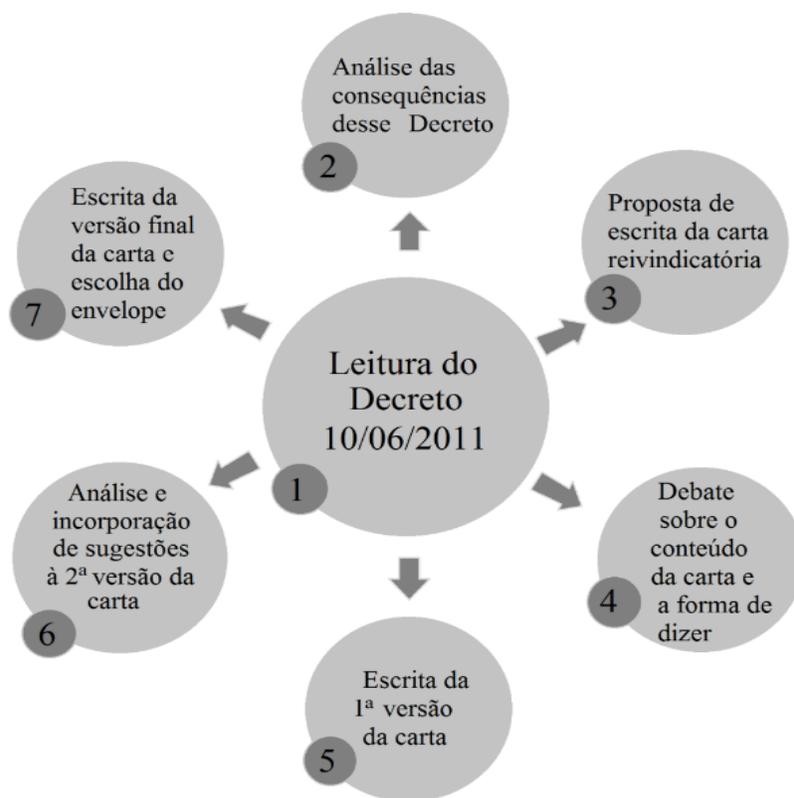


Figura 4 Infográfico das oficinas de produção da carta. Fonte: VIEIRA DAS GRAÇAS, 2019

Realizada a leitura e explicação do decreto foram feitas discussões sobre as consequências do decreto para Apodi. A partir desse debate foram construídos os argumentos e o estilo da carta, de modo que favorecesse uma resposta favorável ao território, por parte da Presidenta Dilma Rousseff. A carta foi sendo construída coletivamente, onde cada trabalhadora opinou sobre o que deveria constar na carta, e em seguida foi tirada uma comissão menor para fazer a revisão linguística e a verificação de alguns dados.

Também durante a oficina foi discutido que para chamar a atenção da Presidenta seria estratégico usar envelopes de cor, até mesmo para se destacar no montante de cartas que chegam todos os dias para a

Presidência da República. Com isso foi definido que a cor seria roxa por simbolizar a cor do feminismo. A forma de envio também foi discutida na oficina, onde foi definido que, para garantir que todas as 2 mil mulheres mandassem uma carta, seria utilizado o selo social, que na época custava R \$0,02 (dois centavos).

Para finalizar, foi definida uma comissão para fazer mutirão de escrita em todas as comunidades e assentamentos de Apodi. A explicação do decreto, debate sobre as consequências do perímetro irrigado no território e a necessidade da escrita de uma carta foram as etapas que se repetiram em todas as comunidades. Uma ação importante que merece destaque foi o fato de que, nas comunidades onde tinham mulheres que não sabiam escrever, as outras trabalhadoras colaboraram escrevendo para elas, demonstrando que para as mulheres o companheirismo e a solidariedade são princípios importantes da luta.

Com isso, podemos dizer que a carta foi um documento colaborativo, o que a torna uma carta de autoria coletiva. Além disso, durante esse processo foi se compreendendo coletivamente que para a luta é necessária a articulação entre diferentes práticas, sejam as práticas agroecológicas no roçado ou no quintal, ou ações de ruas e atos públicos de reivindicações ao poder público. Fruto dessa compreensão, houve uma articulação entre a população e movimentos locais com organizações internacionais como a Via Campesina e Marcha Mundial das Mulheres.



Figura 5 Mutirão de Escrita das Cartas. Ano: 2011

A discussão sobre a defesa dos territórios camponeses é um debate mundial dos movimentos camponeses, agroecológicos e da própria Marcha Mundial das Mulheres. O fato do STTR de Apodi e das mulheres serem filiadas a movimentos internacionais possibilitou o envolvimento de um grande número de grupos, sejam ligados a universidade, a organizações de direitos humanos, órgãos de saúde e a população local em geral, todos em uma mesma ação coletiva que saiu do local para o global, em uma compreensão de que a luta precisa ter a dimensão internacionalista para ser fortalecida.

Atualmente, a luta no território está centrada em discutir com outras agricultoras e agricultores sobre os riscos e as consequências dessas empresas na região, de modo que sabendo das consequências, as trabalhadoras e trabalhadores rurais não cedam às pressões e assédio do capital que a cada dia invade e devasta os territórios rurais. Essa problemática sobre a invasão e defesa dos territórios é um debate mundial dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos camponeses. Nesse aspecto, a Marcha Mundial das Mulheres tem construído um

debate sobre como a invasão desses territórios incide sobre a vida das mulheres. Esse debate inclui construir a compreensão que os corpos das mulheres muitas vezes se tornam campo de disputas, seja enquanto vítimas da violência ou da prostituição presente em áreas de megaprojetos e grandes obras.

Esse debate ainda compreende que a auto-organização das mulheres contribui para que tenham um olhar sistêmico dos contextos que permeiam e atravessam suas vidas e os territórios. Com isso, as trabalhadoras que estão envolvidas em processos de luta vão construindo uma visão crítica em relação aos modelos de desenvolvimento colocados como sustentáveis e de enfrentamento da seca, inclusive compreendendo que não se combate à seca, mas sim que é necessário construir alternativas de convivência com o semiárido e agricultura resiliente ao clima. A partir desse olhar sistêmico e visão crítica, as mulheres conseguem identificar os impactos e assim construir ações de resistência e luta em defesa da sustentabilidade da vida nos territórios.

2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE PRÁTICAS E/OU PROCESSOS

As metodologias e práticas utilizadas no processo de auto-organização das trabalhadoras rurais de Apodi, a partir da Comissão do STTR, envolvem:

- a) **oficinas temáticas:** onde nessas oficinas as mulheres tem a oportunidade de construir reflexões coletivas a partir das vivências individuais e experiências coletivas. A partir de oficinas a Comissão de Mulheres consegue mapear e compreender quais temáticas são de maior interesse, assim como as necessidades das mulheres do município. Foi a partir da metodologia de oficinas que foram construídas e escritas as estratégias de luta e resistência do caso Somos Todas Apodi, em 2011.
- b) **reuniões mensais:** outra metodologia utilizada pela Comissão de Mulheres, são reuniões sistemáticas nas quais se discutem questões relacionadas ao contexto mais geral sobre o que está ocorrendo no território, assim como encaminhamentos para a resolução de problemas e orientações sobre como atuar nos grupos de mulheres.
- c) **organização em rede e em movimentos sociais:** outra prática importante e que garante a articulação das trabalhadoras rurais do local com o global é organização em rede a participação em movimentos, como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas. Isso contribui para fortalecer a organização local e ao mesmo tempo manter-se articuladas em uma compreensão de que a luta precisa ser internacional.

A sistemática de reuniões mensais da comissão sempre conta com representantes de grupos de mulheres das comunidades e assentamentos. Para dar conta de acompanhar a organização dos grupos nas comunidades, as 10 coordenadoras se dividem nessa tarefa, ficando com a responsabilidade da coordenadora geral, a tarefa de articular e organizar as reuniões nessas comunidades. Tanto durante as reuniões da Comissão quanto nas oficinas nas comunidades, são debatidos questões locais e alternativas para os problemas identificados. Os grupos contam em média com 15 mulheres, com reflexões acerca da organização específica das mulheres, feminismo, divisão sexual do trabalho, economia solidária, agroecologia e outros temas relacionados com o semiárido e a agricultura resiliente ao clima. A maioria dos grupos organizados desenvolve ações e projetos agroecológicos de convivência com o semiárido.

2.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

Para manter viva a experiência de auto-organização das mulheres em defesa do direito à terra e território, alguns recursos são necessários. São necessários recursos financeiros para garantir a atuação da Comissão de Mulheres nos grupos locais, a participação em espaços e fóruns de articulação dentro e fora do município, assim como garantir a participação das demais trabalhadoras rurais nos fóruns de debate interno do STTR de Apodi. É



necessário ainda recursos para garantia de realização de eventos locais nas comunidades, no sindicato e a atividades de articulação com outros movimentos. É importante também garantir a organização permanente das mulheres no interior do sindicato para que a direção do STTR continue apoiando política e financeiramente a auto-organização das mulheres.

2.5 RESULTADOS E IMPACTOS

A auto-organização das trabalhadoras rurais de Apodi no processo de luta em defesa do direito à terra e território, sobretudo nas ações contra o projeto DNOCS, produziram alguns resultados, sendo uns mais imediatos e outros mais a longo prazo.

Pensando que a Comissão de Mulheres teve início em 1997, o fortalecimento da organização local em articulação com a Marcha Mundial das Mulheres é um importante resultado desse processo de auto-organização das trabalhadoras rurais. Outro resultado dessa articulação, é a capacidade da Comissão de Mulheres conseguir mobilizar em um só objetivo um grande número de mulheres e permanecer com a articulação forte e consistente por quase dois anos, considerando que a luta contra o projeto iniciou em julho de 2011 e se estendeu com muita força até dezembro de 2012. Estar articulada com a Marcha Mundial das Mulheres gerou um grande impacto na luta local, uma vez que foi a partir da Marcha Mundial das Mulheres que a luta em defesa da Chapada do Apodi ganhou visibilidade internacional.

Embora muitos dos resultados da luta contra o projeto do DNOCS tenham a ver com o conjunto dos movimentos que se organizaram no território, as mulheres desempenharam papéis importantes, desde a mobilização local à visibilidade para além do território. Nesse sentido, podemos destacar entre os seguintes resultados imediatos que são frutos da luta contra o projeto do DNOCS:

- resposta por escrito da Presidência da República sobre disposição de diálogo com os movimentos em defesa da Chapada do Apodi;
- reconhecimento das trabalhadoras rurais enquanto lideranças influentes na luta em defesa da Chapada, por parte de vários movimentos sociais e organizações;
- estudos científicos sobre as possíveis consequências do projeto do perímetro irrigado em Apodi;
- Realização de audiências com órgãos do governo federal para tratar da defesa do território da Chapada do Apodi com a participação de representantes da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi;
- Mobilização internacional em Apodi, em cidades do Brasil e outros países como o lema “Somos Todas Apodi”.

Refletindo sobre os resultados da experiência de mais longo prazo, podemos destacar a denúncia e a visibilidade do problema da invasão pelas corporações do agro e hidronegócio no território. O conjunto de aprendizados sobre como fazer a luta local relacionada com o contexto internacional é um diferencial, sobretudo porque estes projetos não são isolados, fazem parte também de uma estratégia mais ampla, a nível mundial, do capitalismo para dominar os territórios camponeses.

O reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos de luta por território na Chapada do Apodi, conecta a luta ao debate sobre o bem viver e a sustentabilidade da vida com as questões do território. Por fim, conclui-se que a auto-organização das mulheres é capaz de construir resultados e respostas coletivas, seja em ações diretas ou ações simbólicas de solidariedade entre territórios.



2.6 MECANISMO DE VALIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A auto-organização das mulheres para a ação Somos Todas Apodi é uma experiência reconhecida tanto local quanto nacionalmente, sendo assim validada como um processo importante na luta e no debate sobre o impacto do agro e hidronegócio sobre os territórios camponeses. Outra grande relevância desse processo tem a ver com o protagonismo das trabalhadoras rurais e das militantes da Marcha Mundial das Mulheres para dar visibilidade à luta da Chapada. Dentro dos movimentos sociais que fazem parte do movimento de luta e defesa da Chapada tem uma compreensão que foram as mulheres as responsáveis pela internacionalização do debate da Chapada, sobretudo a partir da realização da ação internacional de solidariedade, o que contribuiu para o fortalecimento da organização e resistência no território.

Embora não tenha barrado por completo a proposta do perímetro irrigado, e assim vencido o desafio de expulsar do território o agro e hidronegócio, mas o processo de luta que se organizou além de contribuir para impedir que o projeto fosse implementado na sua forma mais bruta no território, demonstra que o enfrentamento continua e que é necessário manter-se em luta constante para então manter o território como referência da agroecologia no país.

3. ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

A experiência Somos Todas Apodi é uma inovação social de mobilização popular para a defesa do território agroecológico da Chapada do Apodi. O principal fator dessa inovação diz respeito à organização e articulação em rede protagonizada por trabalhadoras rurais por militantes feministas do movimento internacional em defesa da Chapada e dos territórios.

Além disso, esse processo de organização também constrói formas de resistência no território que têm como estratégia outras inovações sociais. Essas inovações vão desde a organização de projetos produtivos agroecológicos, comercialização com princípios de justiça e solidariedade e articulação em rede de agricultoras e agricultores experimentadoras(es) (associações, Rede Xique Xique). Enquanto as mulheres estavam se mobilizando, seja a partir das cartas, atos de rua, participação em audiências, iniciativas de ocupação de terra e do cultivos da área; também estavam sendo organizadas próximo às instalações do perímetro, oficinas sobre as consequências do perímetro na região, visitas e intercâmbios para troca de experiências bem sucedidas na Chapada, ações de acompanhamento às e aos agricultoras/es da Chapada que estão próximo a região do perímetro e que são constantemente assediados pelas empresas do agro e hidronegócio.

3.2 FATORES DE ÊXITO

O êxito que podemos destacar como principal tem a ver que essa experiência foi construída coletivamente pelo processo de auto-organização das trabalhadoras rurais de Apodi, a partir das próprias percepções e demandas das mulheres. As mulheres conseguiram construir seu próprio processo de organização coletiva como solução para enfrentar a invasão do território da Chapada do Apodi.

Outro êxito foi o fato que a partir da auto-organização das mulheres, a denúncia da invasão das empresas do agro e hidronegócio ganhou proporções internacionais. Outro destaque é que as mulheres percebem que a luta é um processo contínuo e permanente, como falou Ivone Brilhante, durante a oficina sobre resgate da história de luta da Comissão de Mulheres de Apodi.



O fato do STTR de Apodi e das mulheres serem filiadas a movimentos internacionais possibilitou o envolvimento de um grande número de grupos, sejam ligados à universidade, a organizações de direitos humanos, órgãos de saúde e a população local em geral, o que contribuiu para que o movimento em defesa da Chapada seja uma luta permanente e constante.

3.3 LIMITAÇÕES

Embora as mulheres tenham protagonizado um intenso processo de luta local e internacionalmente, esse reconhecimento pode se apagar da história, dado as poucas ações de registro sobre seu protagonismo no território. Outro desafio tem a ver com as falsas promessas de desenvolvimento que essas empresas implantam no território, potencializando o individualismo. Com isso, algumas trabalhadoras e trabalhadores acabam travando disputas e conflitos internos, levando alguns se posicionarem equivocadamente do lado dessas empresas, como ocorreu no assentamento Palmares, por exemplo, sendo necessário naquele momento a atuação do STTR para explicar do que se tratava o projeto e tentar apaziguar os conflitos.

Aliado a isso, tem a visão limitante do Estado brasileiro sobre desenvolvimento, o que favorece as empresas transnacionais do agro e hidronegócio. Esse favorecimento inclusive possibilitou a entrada de muitas empresas no território, que mesmo não sendo via as desapropriações de terra prevista no Decreto de 10 de Junho de 2011, mas contam com o aval do Estado, seja a partir de incentivos fiscais ou desburocratização de processos de outorga de água para as grandes empresas se instalarem no município, por exemplo. E, por fim, a questão financeira de apoio e suporte ao movimento, dado ao conjunto de ações necessárias para manter o território protegido do agro e hidronegócio.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

Uma das questões que podem ser levantadas é sobre como a Comissão de Mulheres conseguiu mobilizar tantas mulheres em torno da luta contra o Perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi. A resposta é exatamente devido a esse processo de auto-organização dos grupos de mulheres, pois quando a necessidade de se construir uma luta concreta em defesa do território chegou, as mulheres já tinham um histórico de organização local. De todos esses processos, muitas aprendizagens e lições podem ser retiradas. Uma delas é que compreendemos que estar organizada localmente e em articulação com movimentos e redes fora do território pode fortalecer a luta local e pressionar o governo para além das forças presentes no território. Outra aprendizagem está focada nas oficinas de escrita da carta nas comunidades, quando foi possível compreendermos que é a partir dos grupos de base que se consegue fortalecer a luta. Isso se dá uma vez que é nas trocas de experiências que se percebe que o que se passa em determinado território é muito semelhante em outros lugares, assim também os processos de luta e resistência.

3.5 SUSTENTABILIDADE DA EXPERIÊNCIA

Considerando que a história da Comissão de Mulheres do STTR de Apodi tem origem em 1997, ela é uma experiência que tem se perpetuado e mostrado que a auto-organização das mulheres é uma experiência sustentável no tempo. No entanto essa sustentabilidade tem a ver com uma organização geral do STTR de Apodi que vê a organização das mulheres tão importante quanto a organização da juventude, da luta por água, por tecnologias de convivência com o semiárido, reforçando que nenhuma luta é mais ou menos importante, mas o seu conjunto se faz necessário para um sindicato forte e organizado.



3.6 REPLICAR E/OU ESCALAR

Essa experiência serve como inspiração para outros grupos de mulheres, tanto ligados à organização sindical quanto vinculadas a outras formas de organização. Sua replicação é bastante possível e algumas etapas podem ser adaptadas. Importante reforçar que por se tratar de uma experiência de auto-organização e mobilização popular, o contexto e a conjuntura locais definem as formas de ações e as estratégias de luta. Ela é uma experiência que já foi parte de vários intercâmbios locais e nacionais, sejam relacionados a luta das mulheres, a luta pela saúde, a luta pelos territórios, a experiências agroecológicas. Se você está se perguntando como é possível começar um processo de auto-organização de mulheres em uma organização mista, é importante juntar as mulheres dessa organização, debater temas de interesse comum, organizar oficinas temáticas ou mesmo para resolver um problema específico de uma comunidade ou uma companheira que precisa de ajuda coletiva. Nesses processos de debates surgem muitas demandas de resolução de problemas, o que necessariamente requer organização para a sua execução. Nisso vai ser necessário reuniões, outras oficinas e muitas conversas. Todo esse processo já caracteriza uma ação de auto-organização das mulheres.

3.7 CONTRIBUIÇÃO PARA AMPLIAR A RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

A experiência contribui diretamente para responder a alguns efeitos decorrentes das mudanças climáticas, como, por exemplo, a expropriação dos territórios, a degradação do solo e a insegurança alimentar. As ações de luta compreendem atos de rua, de denúncia e reivindicação junto ao poder público, mas também a implementação de projetos produtivos de base agroecológica – preservando e recuperando o solo e florestas locais – comercialização solidária, de modo que respeita o meio ambiente, as pessoas e constroem princípios de uma economia baseada na solidariedade e reciprocidade.

A experiência ainda têm contribuído para que Apodi continue sendo reconhecido como um território agroecológico, que se destaca pela apicultura e a caprinovinocultura, figurando o segundo maior produtor de mel do país e o maior do estado em caprinovinocultura, o que são práticas contribuem para a sustentabilidade do território, convivência com o semiárido e o combate à desertificação.

4. DEPOIMENTOS

“No início das manifestações contra a implantação do perímetro irrigado, em umas das atividades estavam, promotor, Juiz, polícia federal, representantes da empresa, e no momento de realizar uma conversa, eles que escolheram quem iria participar da reunião, e nenhuma mulher foi ouvida nesse momento, então nós mulheres tivemos que nos mobilizar para mudar essa realidade”

Ivonilda Sousa – Assentamento Palmares, Apodi. Depoimento registrado durante a oficina para a coleta de dados, novembro de 2021.

“O papel da comissão de mulheres na luta contra a implantação de perímetro irrigado, foi muito importante, através da mobilização de parcerias com o sindicato, entidades, foram construídos documentos, abaixo assinado, cartas das mulheres a presidenta Dilma, onde houve uma mobilização nacional de mulheres em apoio a Chapada do Apodi”

Raíssia Brilhante – Jovem do assentamento Tabuleiro Grande, Apodi. Depoimento registrado durante a oficina para a coleta de dados, novembro de 2021.



“Foi uma luta a gente conseguir escrever essas cartas, muitas mulheres não sabiam escrever, mas outras sabiam, eu mesmo escrevi a carta de muitas... teve semana nessa época que eu ia em casa só dormir, foi muita luta”

Ivonilda Sousa – Assentamento Palmares, Apodi. Depoimento registrado durante a oficina para a coleta de dados, novembro de 2021.

“É importante o trabalho da comissão de mulheres para o resgate e formação de novos grupos de mulheres, associações, porque as mulheres conversam, discutem, ela sai do seu mundo quando chega no grupo, por isso é importante as formações, seminários despertar para a organização, trazendo conquistas, vitórias, principalmente em um momento de crise como esse, não só financeira, mas crise política, crise em todos os setores”

Magneide Oliveira – Comunidade Mansidão, Apodi. Depoimento registrado durante a oficina para a coleta de dados, novembro de 2021.

“Tem outra coisa que tem a ver com a luta da Comissão de Mulheres aqui em Apodi é campanha de documentação das trabalhadoras que chegou aqui nas comunidades através da nossa organização, dos grupos de mulheres. Outra coisa muito importante é que as mulheres aqui conheceram que tinham direito a crédito, e a gente foi o primeiro município do estado e do Brasil a ter acesso ao Pronaf Mulher”

Magneide Oliveira – Comunidade Mansidão, Apodi. Depoimento registrado durante a oficina para a coleta de dados, novembro de 2021.



Figura 6 Ivone Brilhante, tesoureira do STTR Apodi, 2021.

5. FONTES

- BARBOSA, I. M. Câncer infantojuvenil: relação com os polos de irrigação no estado do Ceará. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi será um marco no desenvolvimento da região. 2011. Disponível em: <https://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=2721&f_opcao=imprimir&p_view=short&f_header=1>. Acesso: 10 de Dez. 2021.
- BRASIL. Diário Oficial da União. DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2011. PRESIDENTA DA REPÚBLICA. Brasília/DF, n. 112, p. 1-2, jun. 2011. Decreto presidencial. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/06/2011&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=96>. Acesso: 11 de Nov 2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/pesquisa/23/27652?detalhes=true> Acesso: 13 de Nov. 2021.
- CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA CHAPADA DO APODI. Caderno de participante da Caravana Agroecológica e Cultural da Chapada do Apodi, realizada em outubro de 2013. Disponível em: <https://caravanaagroecologicaapodi.wordpress.com/caderno-de-participante/>. Acesso: 11 de Nov. 2021.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2012 (Relatório). Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownload/12>>. Acesso: 12 de Nov. 2021.
- DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS. 2012. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-santa-cruz-de-apodi/>>. Acesso: 14 de Dez. 2021.
- FERREIRA FILHO, L. I. P. Estudo das alterações citogenômicas da medula óssea de trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- GUIMARÃES, J. Contato direto com o veneno foi apontado como razão da morte de 700 pessoas por ano na última década, 2019. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/mais-de-70-das-mortes-por-agrototoxicos-ocorrem-nas-regioes-sudeste-e-nordeste/>>. Acesso: 22 de Fev. 2021.
- JARA HOLLIDAY, O. Para sistematizar experiencias: una propuesta teórica y práctica. 1994. Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, San José, Costa Rica.
- SELENER, D.; PURDY, C.; ZAPATA, G. 1996. Documenting, evaluating and learning from our development projects: a systematization workbook. New York: International Institute of Rural Reconstruction Folklore Forum 28: 3-27.
- SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. 24H de Ação Feminista pelo mundo. Aqui, somos todas Apodi! 2012. Disponível em: <https://www.sof.org.br/24h-de-acao-feminista-pelo-mundo-aqui-somos-todas-apodi/> Acesso: 23 de Nov. 2021.
- O VENENO está na mesa. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro. Caliban Produções, 2011 (48'58"). DVD 1.
- RIGOTTO, R. M. et al. Trends of chronic health effects associated to pesticide use in fruit farming regions in the state of Ceará, Brazil. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 16, p. 763-773, 2013.
- VIEIRA DAS GRAÇAS, M. A. Letramentos de resistência: mulheres na luta por terra e território na Chapada do Apodi. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28225>> Acesso: 23 de Nov. 2021.

Sistematização finalizada em março de 2022.



O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semi-áridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil - Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina -, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC (Semiárido Brasileiro), FUNDAPAZ (Argentina) e FUNDE (El Salvador).

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Semiárido Brasileiro, o processo seguiu uma lógica de enraizamento territorial, na qual foram definidos 5 territórios prioritários para desenvolvimento dos processos de sistematização: Serra da Capivara no Piauí, Sertão do São Francisco na Bahia, Alto Sertão Sergipano, Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte e Norte de Minas Gerais. Estes processos foram liderados por organizações de referência em cada um dos territórios, fortalecendo os arranjos territoriais e conhecimentos locais. Foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 25 experiências (5 em cada território). As metodologias de sistematização seguiram diferentes caminhos e processos participativos, realizados pelas organizações responsáveis: Rio da Vida, visitas de campo, grupo focal, análise FOFA, dentre outras práticas que permitiram a participação e análise dos protagonistas sobre os processos vividos.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Centro Feminista 8 de Março (CF8)

Edição e Revisão

Esther Martins

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezze

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de produção de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino

Metodologia, elaboração e texto



Proyecto ejecutado por



Financiado por

